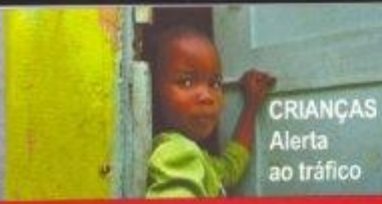


ANGOLA
Tolerância zero



CRIANÇAS
Alerta
ao tráfico



COSTA DO MARFIM
Paz em perigo

INFORMAÇÃO, ECONOMIA E ANÁLISE
ÁFRICA 21

N.º 38 - MARÇO 2010 - 900 Kz / 4 USD / 3 € / R\$ 20



GUINÉ-BISSAU

**Novos tempos,
velhos desafios**



A indizível dor da mutilação genital feminina



Fenadozinhos na festa do encerramento

É um holocausto silencioso, sem rosto nem voz, mas que se repete ano após ano, sobre três milhões de potenciais vítimas, cujo único crime é o de terem nascido mulheres naquela sociedade e serem meninas

ANTÓNIO MELO

«**P**OR VIM À MUTILAÇÃO genital feminina requer um compromisso sólido e de longo prazo. A experiência recolhida durante as duas ou três últimas décadas comprova não existirem soluções rápidas ou fáceis». A afirmação faz parte da Declaração Conjunta de 2009, subscrita pelos principais organismos das Nações Unidas, da Organização Mundial da Saúde à Unicef, que tem por objectivo justar vontades para a «eliminação da mutilação genital feminina».

No passado 6 de Fevereiro, em Lisboa, tal como em mais quatro outras cidades europeias, fez-se o balanço de mais um ano desta luta que se estende do golfo da Guiné à secura do Iémen.

«Não é tempo de cruzar braços nem de congratulações», eis, numa frase, a conclusão deste seminário com intervenção governamental portuguesa e de duas associações civis com um trabalho de primeiro plano nesta matéria – a Associação para o Planeamento da Família (www.apf.pt) e a Amnistia Internacional (www.amnistia-internacional.pt/). Foi possível fazer um balanço e passar das atitudes emocionais, como ocorreu nos últimos anos, para uma análise pragmática e com programa de acção para mais um ano de trabalho.

Alice Frade, da Associação para o Planeamento da Família (APF), em declarações à ÁFRICA21, definiu uma fronteira – «a influência vem da tradição, não da religião» – e estabeleceu um objectivo: o combate à mutilação genital feminina (MGF) devia constar dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pois é uma das causas das altíssimas taxas de morte neonatal e de morte pós-parto. É um assunto prioritário para a área materno-infantil e os responsáveis pela saúde pública, seja a nível governa-

gerum e de hida adas típi e de criza ções il da tivo o da Lis a ci o de nôm n. nem e, a ter e de ilho As nlla cio- el), ssar treu lise ção ra o de- ma idi- um ital Ob- lile- ma sô- ra a veia má-

mental ou de instituições internacionais, têm que lhe dar atenção.

Pedro Krupenski, da Amnistia Internacional (AI), em declarações à jornalista Sofia Branco, pronunciou-se por incluir as vítimas e potenciais vítimas da MGF no âmbito do asilo político reconhecido pelo Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados: «pois há casos – e não são tão poucos quanto isso – de mulheres que procuram asilo noutros países para fugir a esta realidade».

Para a AI, insistiu, a MGF deve ser considerada um grave atentado aos direitos humanos e como tal tratado pelos Estados. Para retirar da apatia os governos dos 27 países africanos onde a «prática nefasta» está mais enraizada, propõe que se construa uma «base de dados sobre a MGF», que represente «uma foto-

grafia real da situação», o que é possível com a participação da OMS, dos responsáveis pela saúde pública e coligindo de modo sistemático e coordenado os meios existentes. A partir desse levantamento, sublinhou, será difícil aos governos dizerem que ignoram o que se passa nos seus países.

Testemunhos

O combate pela eliminação da MGF teve a primeira exposição pública em Portugal em 2002, através de uma reportagem feita por Sofia Branco, que em 2006 publicou um livro que é ainda hoje a principal referência em língua portuguesa sobre o assunto – *Cicatriz de Mulher* (Ed. Público).

«Enquanto uma mulher for escrava, o homem não terá liberdades», escreveu ela em epígrafe, recorrendo a uma citação de Maria Lamas, referência da resistência antifascista e primeiro exemplo de feminista. No livro dá grande visibilidade a uma associação guineense que tentou na Guiné-Bissau a estratégia dos

“ A influência vem da tradição, não da religião ”



Fanadozinhos no tissi cabelo

EXCISÃO

Decepa-se a noz do êxtase, a desordem do corpo.

Quando no topo o astro do prazer é desacato.

Desatando-se o fio do nó das pernas.

Corta-se a folha intacta do tecido, na tecitura dobrada do orgasmo.

Nada pode restar do feminino que a lâmina não corte.

O canivete se afunde de golpe, e assassina.

Ou o estilhaço do copo não rasgue e faz, devagarinho.

Cerzindo a ferida à dor no mesmo actm.

A envenenar sem dó o sangue do destino.

Que em vez de gritar, vai murmurando baixo.

MARIA TERESA HORTA
 Lisboa, Julho de 2004

UMA PRÁTICA NEFASTA

Domingos Pereira, Secretário Executivo da CPLP, é um guineense que não poupa críticas à prática da MGF. Define-a como «uma prática nefasta», a pedir «uma intervenção enérgica do Estado».

Aqui ficam, em discurso directo, as declarações que fez à *África21*.

«A preocupação [quanto à recuperação socioprofissional] das fanatecas [mulheres que praticam a mutilação] é um falso problema. Elas têm que compreender que a sua ocupação é criminosa e ponto final. De outro modo teríamos que recuperar também os gangsters».

«Compete ao Estado a defesa das vítimas, que são crianças incapazes de se defender. A responsabilidade de as proteger incumbe ao Estado, não podem ser elas a apresentar queixa. Argumentar com essa lógica não é uma maneira séria e realista de abordar o problema».

«A prática da MGF é uma violação séria dos direitos humanos e por isso deve haver uma transposição para a lei. De resto, a forte conotação religiosa que essas práticas tinham já não se verifica actualmente. Não há nenhum líder religioso que diga que a MGF faz parte dos seus preceitos religiosos. E, se houvesse, é dever dos Estados que se regem por princípios fundamentais dos direitos humanos obrigar à observância desses princípios».

Quanto ao papel da CPLP lamenta que ele seja limitado: «Não sendo agendada [a MGF] pelos Estados membros é difícil ao Secretariado Executivo incluí-la nas suas áreas de intervenção prioritária. Mas estamos inteiramente de acordo em dar a maior visibilidade ao combate contra a MGF e, por isso, associamo-nos às realizações do 5 de Fevereiro».

“ Enquanto
uma mulher
for escrava,
o homem
não terá
liberdade ”



Faca tradicional usada no fanado

«fanados alternativos», ou seja um processo de iniciação que conserva a tradição identitária, mas exclui toda e qualquer mutilação genital. «Infelizmente», como disse à *África21*, esta associação Sinin Mira Nassique, que em 2003 estava em desenvolvimento, entrou em extinção com as sucessivas crises políticas que abanaram a Guiné-Bissau. Vai ser preciso recomeçar tudo de novo para se «mudar por dentro», que é a estratégia que Sofia Branco aconselha.

No seminário de 6 de Fevereiro alguns testemunhos de mulheres realçaram a urgente necessidade de eliminar a MGF, contrariando a atitude das autoridades administrativas, que minimizam a incidência da prática a casos isolados, embora seja de conhecimento público que mais de 50% das meninas guineenses são dela vítimas.

Fatumata Djau Baldé, de 45 anos e presidente do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas para a Saúde de Mulheres e Crianças, da Guiné-Bissau, foi excisada quando tinha nove anos. Levada pela mãe, não sabia o que lhe ia acontecer mas, logo percebeu que *não era coisa boa*. As meninas que estavam na sala choravam muito, recordou.

A justificação para esta prática mutilatória radica numa «tradição que diz de que todas as mães devem levar as suas filhas a serem excisadas [para que as meninas] sejam puras, limpas e aceites dentro da sua própria comunidade».

A discussão sobre a resolução deste flagelo social oscila entre a pedagogia persuasiva e a repressão criminal. Há quem considere, como é o caso do Secretário-Executivo da CPLP, Domingos Pereira, de próprio um guineense, que a intervenção se deve fazer assente na acção de três áreas ministeriais – a da Saúde, a da Solidariedade Social e a da Justiça (*ver caixa*).